

Bonifácio prevê que controle será difícil

Brasília — O órgão do Senado que supervisionará a elaboração de normas legais, para verificar a existência de qualquer procedimento que venha ferir as atribuições de Poderes da União, conforme proposta do Deputado Bonifácio de Andrada, não terá uma tarefa fácil. A começar pela Presidência da República, que tem em seu organograma quatro conselhos e uma comissão (Conselho de Segurança Nacional, Conselho de Desenvolvimento Social, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Comissão Nacional de Energia).

No Ministério da Aeronáutica, afora o Departamento de Aviação Civil, existem as comissões de estudos relativos à navegação aérea internacional; de coordenação do transporte aéreo civil; de facilitação do transporte aéreo internacional, além do Conselho Superior de Economia e Finanças. Na Agricultura, há o Conselho Nacional de Agricultura; Conselho Federal Agropecuário; Conselho Nacional de Cooperativismo e mais as comissões Central de Coordenação; Coordenadora de Criação do Cavalo Nacional e de Pesquisa Agropecuária. No Ministério das Comunicações há apenas o Conselho Nacional de Comunicações, mas em compensação, no MEC existem os conselhos Federal de Educação; de Cultura Nacional de Desportos, de Direito Autoral de Cinema, de Serviço Social, e a Comissão Nacional de Moral e Civismo.

No Exército registra-se somente o Conselho Superior de Economia e Finanças. Na Fazenda, além dos órgãos colegiados (Câmara Superior de Recursos Fiscais; 1º, 2º e 3º Conselho de Contribuintes; Comissões Consultiva do Sistema de Arrecadação de Receitas Federais; de Estudos Tributários Internacionais; de Fusão e Incorporação de Em-

presas; de Informática, de Coordenação e Combate ao Contrabando; Técnica Permanente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias; de Intercâmbio à Exportação; e de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras) estão os colegiados interministeriais presididos pelo Ministro. São eles os Conselhos de Política Fazendária, de Seguros Privados, de Comércio Exterior, e o Monetário Nacional. Há ainda a Comissão de Programação Financeira e o Comitê Brasileiro de Nomenclatura. Acrescente-se o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados. Da relação do Ministério da Indústria e Comércio constam os Conselhos da Borracha, de Turismo; de Metrologia, e as Comissões da Indústria da Construção Civil, do Sal, e do Alcool, sem falar nas autarquias e empresas públicas, que também praticamente legislam, a exemplo da Embratur e do Instituto do Açúcar e do Alcool. No Ministério do Interior há a Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Coordenação do Ministério.

Na Justiça estão o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Superior de Censura; de Política Penitenciária; de Trânsito; de Defesa Econômica; e a Comissão Nacional de Arquivo. Na Marinha, há as comissões de Recursos do Mar; de Promoção de Oficiais; e de Desportos. No Ministério das Minas e Energia, o Conselho Nacional do Petróleo; Superior de Minas; o Superior de Energia; a Comissão do Programa Internacional de Correlação Geológica; o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia; e o Grupo Executivo da Indústria de Mineração — e mais a poderosa autarquia, a Comissão Nacional de Energia Nuclear.